



# FILIAIS E AGÊNCIAS CGD

## Filial de Castelo Branco

### Da Delegação à Filial

Comemorar-se-ão em 2017 os 130 anos da abertura do primeiro depósito à ordem na Delegação da Caixa Geral de Depósitos (CGD) de Castelo Branco, registado no dia 30 de dezembro de 1887 em nome de Isabel Francisca, 70 anos de idade, solteira, criada de servir.

Instalada na Repartição de Finanças daquela localidade, foi no ano de 1888 que a atividade da Delegação apresentou um franco desenvolvimento tendo, nesse ano, sido registados sessenta e dois depositantes, dos quais cinco eram menores de idade, com profissões variadas das quais se salientavam os “proprietários” (doze) e as “criadas de servir” (onze). Refira-se que a primeira sociedade a abrir conta nesta Delegação foi a firma João Caetano Abrunhosa & Filhos, em 20 de fevereiro de 1891.

Pretendendo a CGD instalar uma Filial em Castelo Branco (...) *no propósito de beneficiar essa cidade e seu distrito* (...)<sup>1</sup>, em 4 de junho de 1920 o Ministério das Finanças informou a Administração da CGD de que a Junta Geral Distrital (JGD) de Castelo Branco disponibilizaria quatro dependências do rés-do-chão do antigo Palácio dos Viscondes de Portalegre situado na Rua da Bela Vista, junto à Praça do Município<sup>2</sup>, onde anteriormente teria funcionado a agência do Banco de Portugal.

Na continuação do projeto para abertura da Filial, em 18 de junho do mesmo ano, o Ministro das Finanças solicitou ao Administrador da CGD a nomeação de diversos indivíduos por si indicados, fundamentando que (...) *são dedicados republicanos e pessoas absolutamente idóneas para o desempenho dos cargos*<sup>3</sup>. No mesmo documento informou a CGD que já tinha dado orientações ao Departamento da Agricultura para desocupar as instalações a disponibilizar à Caixa e, em 27 de outubro, o Governador Civil de Castelo Branco informou a

---

<sup>1</sup> Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais - Caixa 7*, Processo DPO – 42 (Castelo Branco), Ofício n.º 1994.

<sup>2</sup> Arrendadas à Junta Provincial da Beira Baixa por Esc. 250\$00. In BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura (1920-1970)*, Vol. II, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012, p. 116.

<sup>3</sup> Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais - Caixa 7*, Processo DPO – 42 (Castelo Branco).



CGD que tinha procedido à entrega da chave das novas instalações ao Tesoureiro da instituição naquela cidade.

No entanto, a mudança de instalações não se efetuou e, em 31 de março de 1921, a Direção de Finanças solicitou à CGD que efetivasse a transferência dos serviços para as novas instalações porque, devido ao (...) *incremento que dia a dia estão tomando as operações da Caixa Económica Portuguesa (...)*<sup>4</sup>, acentuava-se a falta de espaço afetando a qualidade dos serviços, quer da CGD quer da Repartição de Finanças.

A transferência de instalações concretizou em 23 de maio de 1921, sendo o quadro de pessoal constituído por dois escriturários e um tesoureiro, chefiados por João Mosqueira.

Subordinado ao título *A Filial da Caixa Geral de Depósitos*, o evento foi notícia de primeira página, no 13 de junho desse ano, no semanário *A Província: Abriu ao público a Filial desta cidade magnificamente instalada no r/c do Governo Civil (...)* *O juro que abona é de 4% até 5 000\$00 e 3% por quantia superior sem limite (...)* *os juros são creditados nas respectivas cadernetas durante os primeiros dias de Julho*<sup>5</sup>.

Como apontamento histórico, refira-se que, em 27 de janeiro de 1922, ocorreu um incêndio no edifício tendo o chefe da Filial, Manoel António do Carmo, enaltecido o papel desempenhado pelos militares do Regimento de Obuses de Campanha. Salientava a intervenção do Comandante, Major Perestrelo de Vasconcelos, no resgate de documentação e valores do cofre-forte para a esquadra da polícia, o qual (...) *chegando a esquecer-se da sua posição, fazendo esforços físicos ao lado dos praças (...)*<sup>6</sup>. Esta intervenção foi objeto de um voto de louvor e agradecimento ao Comandante e a gratificação de 150\$00 aos Praças, a distribuir de forma equitativa<sup>7</sup>.

Mas a ocupação das instalações no Palácio dos Viscondes de Portalegre foi colocada em causa em 6 de março de 1925, porque a necessidade de ampliação dos espaços atribuídos ao Comissariado da Polícia, que também ali funcionava, motivou uma proposta da JGD para transferência dos serviços da CGD para outras instalações no mesmo edifício. No entanto, esta mudança não se realizou.

Em 22 de março de 1929, a JGD de Castelo Branco solicitou à Administração da CGD que (...) *se digne ordenar que imediatamente seja transferida a referida Filial, pois (...) a Junta Geral*

---

<sup>4</sup> Idem, Ofício n.º 1352.

<sup>5</sup> *Boletim de Informação Interna*, ano VI, Dezembro de 1989, n.º 71 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais - Caixa 7*, Processo DPO – 42 (Castelo Branco), Ofício n.º 582.

<sup>7</sup> Registado em Acta da Administração da CGD em 15 de fevereiro de 1922.



*necessitava para as Secretarias das Inspeções Regionais Escolares (Dec. 16.024/25)<sup>8</sup>, situação ultrapassada em 6 de dezembro de 1929 através de um acordo de arrendamento das instalações ocupadas pela CGD (por Esc.250\$00 mensais).*

No entanto, o aumento da atividade dos serviços impunha a necessidade premente de possuir instalações próprias que se adequassem à imagem da CGD e à qualidade dos serviços disponibilizados.

### **Construção do Edifício – 1.ª fase**

Nesse sentido, em 20 de agosto de 1938, o Arq.<sup>o</sup> Luís Cristino da Silva apresentou um projeto, e respetivo caderno de encargos, para a construção de um edifício para a Filial de Castelo Branco, a localizar-se no gaveto da Av. Nuno Alvares com o Largo do Município, antiga Alameda Salazar (Figura 1).

A Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP) promoveu um Concurso Público, publicitado nos jornais Século, Diário de Notícias e no Diário do Governo em 31 de outubro de 1938, tendo a abertura das propostas ocorrido em 15 de novembro desse ano.

Da análise das dezoito propostas apresentadas, a cotação da empresa José da Silva Pintassilgo, no valor de Esc. 689.000\$00, foi considerada a mais vantajosa, sendo o contrato de adjudicação celebrado no dia 29 de novembro, com prazo de execução de 240 dias.

O início dos trabalhos ocorreu em 5 de dezembro, tendo como equipa técnica de fiscalização o Arq.<sup>o</sup> Luís Cristino da Silva, o Eng.<sup>o</sup> Luís Faria e Maia e o Fiscal Manuel Francisco Côco.

Mas o desenvolvimento dos trabalhos não correspondeu ao planeado devido ao diminuto número de operários na obra e, também, pela fraca qualidade de pedras de cantaria propostas pelo empreiteiro, conforme expresso em relatório da equipa técnica de 5 de julho de 1939.

A situação agravou-se em 20 de julho de 1939 quando o gerente da Filial informou o Chefe da Repartição da Secretaria da Administração da CGDCP de que os trabalhos tinham sido suspensos, tendo os operários abandonado a obra devido a divergências com o fiscal.

Perante estes factos, a Administração da CGD, em Despacho de 1 de agosto, (...) *apreciando a situação criada pelo facto do abandono da obra pelo empreiteiro e ponderando de nôvo as informações anteriores do Snr. Arq.<sup>o</sup> Cristino da Silva, do Gerente da Filial e do fiscal sobre a morosidade dos trabalhos (...) resolveu, nos termos da lei geral e do contrato, rescindir êste*

---

<sup>8</sup> Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais - Caixa 7, Processo DPO – 42 (Castelo Branco).*



*(...) Outrossim resolveu o Conselho abrir concurso entre firmas construtoras de reconhecido crédito e idoneidade técnica para o acabamento da obra<sup>9</sup>.*

Na sequência desta rescisão, foi elaborado um Auto de Declaração de Medição de Materiais para acerto de contas com a empresa.

### **Construção do Edifício – 2.ª fase**

Com vista ao recomeço dos trabalhos, em 8 de setembro de 1939, o Conselho de Administração da CGDCP aprovou o lançamento de um Concurso Limitado, tendo em 30 de setembro desse ano procedido à abertura da única proposta apresentada a concurso.

A proposta foi da firma José Domingues d'Almeida, apresentando o valor de Esc. 725.200\$00 *(...) mais a importância que resultar da revisão dos preços orçamentados para os trabalhos de metal e ferro (...)*<sup>10</sup>, cláusula motivada pela incerteza do custo de diversos materiais, nomeadamente o ferro, devido ao início da 2.ª Guerra Mundial.

Em 19 de outubro desse ano foram adjudicados os trabalhos, sendo a celebração do contrato realizada em 5 de dezembro do mesmo ano, com prazo de execução de 240 dias e data de conclusão em 1 de agosto de 1940.

Deste contrato ficou excluída a execução de algumas empreitadas que a CGDCP pretendia gerir diretamente, assim como a aquisição de diversos materiais (ferro, isolamento dos terraços, serralharia civil, ferragens, canalizações de água, aquecimento central, instalações elétricas, para-raios, portas do cofre-forte, balcões e cabinas).

Devido ao atraso na conclusão de diversas empreitadas não incluídas na adjudicação à firma José Domingues d'Almeida<sup>11</sup>, esta empresa solicitou à CGDCP um adiamento do prazo de conclusão, pretensão aceite pela Administração em 24 de junho de 1941 tendo sido concedido dois meses de prorrogação.

No entanto, a fase adiantada das obras ficou demonstrada pelo pedido, em 19 de novembro de 1941, do Gerente solicitando autorização à Administração para ocupar a residência destinada à Gerência quando estivessem reunidas as condições para isso (pedido aceite em 26 do mesmo mês).

---

<sup>9</sup> Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais* - Caixa 8, Processo DPO – 47 (Castelo Branco).

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> Como exemplo referimos o atraso no fornecimento dos relógios, adjudicados à empresa José Maria dos Santos & Santos, devido ao bombardeamento da fábrica francesa “Francis Pangé & C.<sup>a</sup>” em Dunquerque que motivou direcionar a encomenda para a fábrica alemã “Telefonbau und Normalzeit” de Frankfurt.



Após a receção das chaves, em 24 de janeiro de 1942 a Administração autorizou a transferência dos serviços, definindo o dia 1 de fevereiro como data-limite para o efeito.

A abertura ao público da Filial no novo edifício decorreu de forma discreta na data indicada, conforme referido no Jornal da Beira Baixa: *Foi uma inauguração em família, sem espalhafato, uma agradável surpresa para a gente da n/ terra por ver tão importante organismo instalado em casa própria*<sup>12</sup>.

Como apontamentos arquitetónicos, destaca-se na entrada principal do edifício uma escadaria ladeada por dois varandins e duas fenestranças, apresentando na parte superior do portão as letras de designação da instituição esculpidas em relevo, alternadas por frisos de folhagens e *A fachada é rematada por um beiral e dois pináculos. O corpo lateral possui uma “colunata parcial” inserida na fachada que faz o enquadramento das janelas do edifício*<sup>13</sup>.

O edifício é constituído por três pisos, apresentando, à data da inauguração, a seguinte distribuição do espaço (Figuras 2, 3 e 4):

- Cave - Casa de Crédito Popular, Arquivo, Cofres;
- Rés-do-chão - Atendimento ao público, Secretaria, Gabinete da gerência, Serviços de apoio;
- 1.º Andar - Residência do Gerente.

A assinatura do Auto de Receção Provisória dos trabalhos ocorreu em 5 de março desse ano e do Auto de Receção Definitiva ocorreu em 3 de novembro do mesmo ano.

No decurso do seu funcionamento, o edifício, e respetivos serviços, foram objeto de diversas intervenções de reparação, conservação e modernização, nomeadamente em 1946 pela firma Construtora Abrantina, para adaptação dos acessos à escadaria da entrada principal devido a trabalhos urbanísticos nos passeios realizados pela Câmara Municipal, e em 1966 pela firma Raimundo José Maria & Filhos (Figura 5).

Em termos de desenvolvimento tecnológico, referimos a instalação de meios técnicos, nomeadamente o teleprocessamento (em 1989 a Filial disponha de onze terminais, uma ATM Multibanco e uma ATM Caixa).

---

<sup>12</sup> *Boletim de Informação Interna*, ano VI, Dezembro de 1989, n.º 71 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.

<sup>13</sup> DGCP - Disponível em [www:<url:http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/336242>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/336242).



## **Destaques**

O desenvolvimento socioeconómico da região nas décadas de 1970, 1980 e 1990, motivaram o incremento das atividades bancárias da Filial, refletindo-se no volume de operações e no quadro de pessoal afeto (em 1973 eram quinze funcionários e em 1989 eram trinta e seis elementos).

Salientamos a atribuição, em cerimónia realizada em 2 de julho de 1988 e presidida pelo Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, da Medalha de Ouro da Cidade de Castelo Branco entregue pela Câmara Municipal daquela cidade ao Administrador-Geral da CGDCP, Dr. Oliveira Pinto, e que pretendia testemunhar o apreço da edilidade para com a Caixa<sup>14</sup>.

Valorizando as características arquitetónicas do edifício da Filial, e conforme Portaria n.º 630/2012 publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 211, de 21 de outubro 2012, *É classificado como monumento de interesse público o Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Castelo Branco, na Praça do Município, Castelo Branco (...), assegurando-lhe uma zona geral de proteção*<sup>15</sup> (Figura 6).

## **Elementos Decorativos**

O edifício encontra-se dotado de dois elementos decorativos de imagem bastante vincada: um baixo-relevo e uma pintura

Para a realização do baixo-relevo que enquadra as letras de designação da instituição, e que encimam a entrada principal (Figura 7), em 28 de março de 1939 o Arq.º Luís Cristino da Silva propôs ao Conselho de Administração o escultor António Costa (1899-1970).

O trabalho foi adjudicado em 1 de maio de 1939, pelo valor de Esc. 5.000\$00, tendo a assinatura do contrato ocorrido em 26 de julho desse ano, prevendo a realização de um modelo em gesso e definindo quinze dias como prazo de entrega. O modelo foi entregue pelo artista ao Gerente da Filial em 3 de agosto e aplicado no decurso das obras.

Para a Sala do Público, foi adjudicada uma pintura decorativa ao artista Roberto Araújo (1908-1969) por Esc. 20.000\$00, tendo o contrato sido celebrado em 28 de julho de 1939. A pintura, constituída por dois painéis engradados, foi entregue em 29 de agosto de 1941.

---

<sup>14</sup> *Boletim de Informação Interna*, ano V, Julho de 1988, n.º 58, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.

<sup>15</sup> As zonas de proteção são servidões administrativas nas quais não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente (excluindo-se daqui as obras de mera alteração no interior de imóveis). In DGPC - Disponível em [www:<url: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/perguntas-frequentes/>](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/perguntas-frequentes/).



A pintura representa o distrito de Castelo Branco, apresentando motivos iconográficos (trajes, fauna, tradições) alusivos à região (Figura 8).

### Os gerentes da Filial

- João Mosqueira – 1920 - 1921
- Manuel António do Carmo – 1921 - 1922
- José de Melo Abreu – 1922 - 1929
- José Veiga Cardoso – 1929 - 1931
- J. Moreira de Sousa – 1931 - 1937
- Luís Teixeira – 1937 - 1939
- José António Pereira – 1939 - 1958
- Álvaro Pereira – 1958 - 1974
- Francisco Morgado – 1974 - 1975
- Alfredo Aires Santana – 1975 - 1986
- José Luís dos Santos Domingos – 1987 -

### Bibliografia

- Arquivo Fotográfico do Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos
- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais* - Caixa 7, Processos DPO – 42 a 45 (Castelo Branco).
- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais* - Caixa 8, Processos DPO – 46 a 50 (Castelo Branco).
- Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos - *Construção e reparação de edifícios: Filiais* - Caixa 9, Processo DPO – 51 (Castelo Branco).
- *Boletim de Informação Interna*, ano V, Julho de 1988, n.º 58, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.
- *Boletim de Informação Interna*, ano VI, Dezembro de 1989, n.º 71 - Suplemento, CGD-Gabinete de Codificação e Emissão de Normas.
- BRITES, Joana Rita da Costa, *O Capital da Arquitectura (1920-1970)*, Vol. II, Universidade de Coimbra – Faculdade, 2012.



- Direção Geral do Património Cultural [em linha]. [Consult. 20MAR2017]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/336242>.
- Direção Geral do Património Cultural [em linha]. [Consult. 20MAR2017]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/perguntas-frequentes/>.

**Joaquim Pombo Gonçalves**

*Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos*

Outubro de 2017



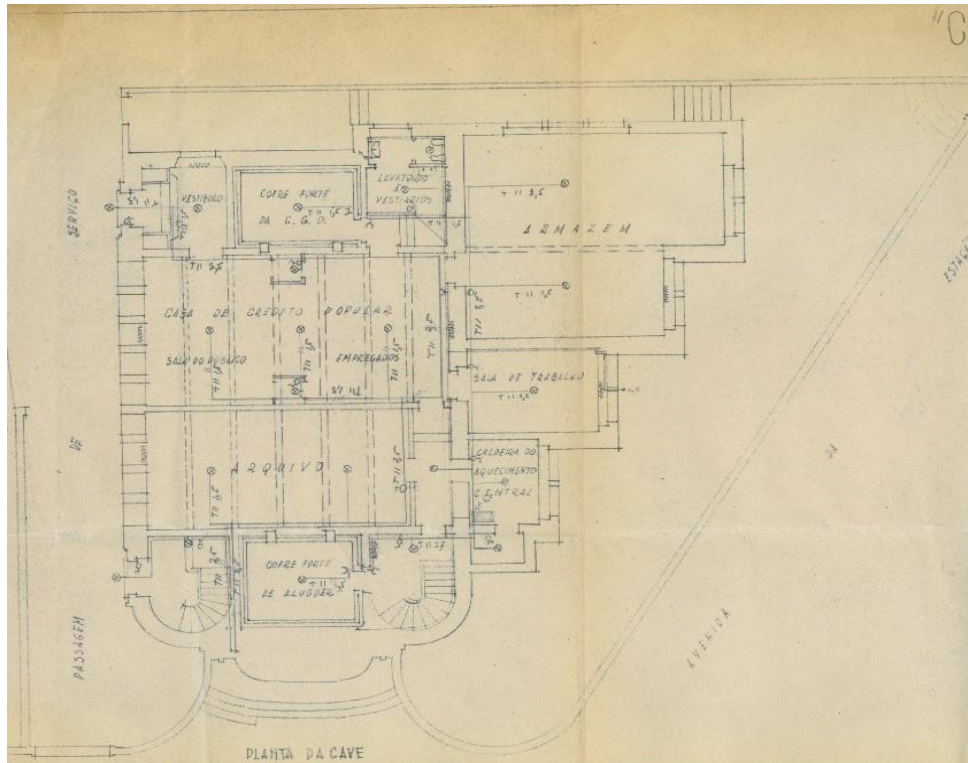


## GALERIA DE FOTOS



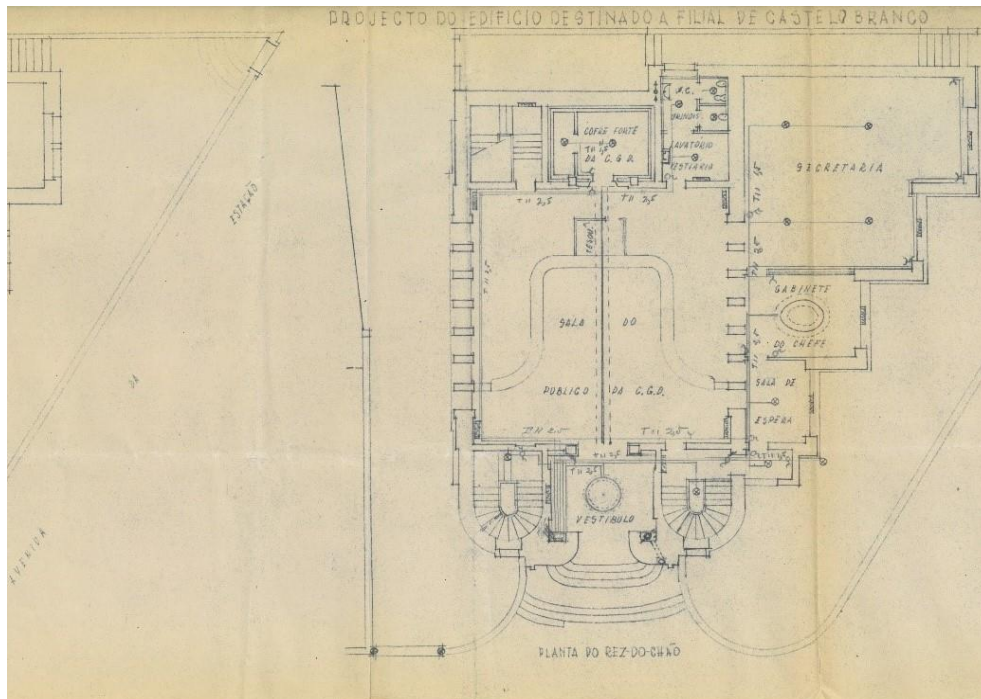
**Figura 1** – Planta de localização - 1968

Fonte: Arquivo Histórico-CGD, Caixa 9, Processo 51 (Castelo Branco)



**Figura 2 – Peça desenhada da Cave - 1942**

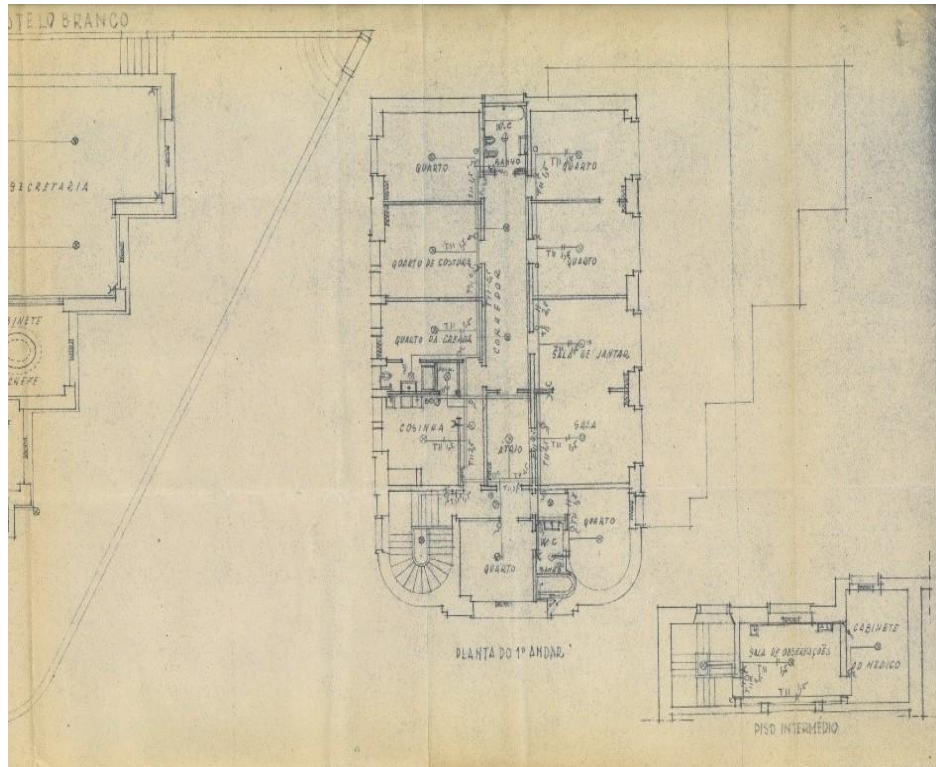
Fonte: Arquivo Histórico-CGD, Caixa 8, Processo 46 (Castelo Branco)



**Figura 3 – Peça desenhada do Rês-do-Chão - 1942**

Fonte: Arquivo Histórico-CGD, Caixa 8, Processo 46 (Castelo Branco)





**Figura 4 – Peça desenhada do 1.º Andar - 1942**

Fonte: Arquivo Histórico-CGD, Caixa 8, Processo 46 (Castelo Branco)



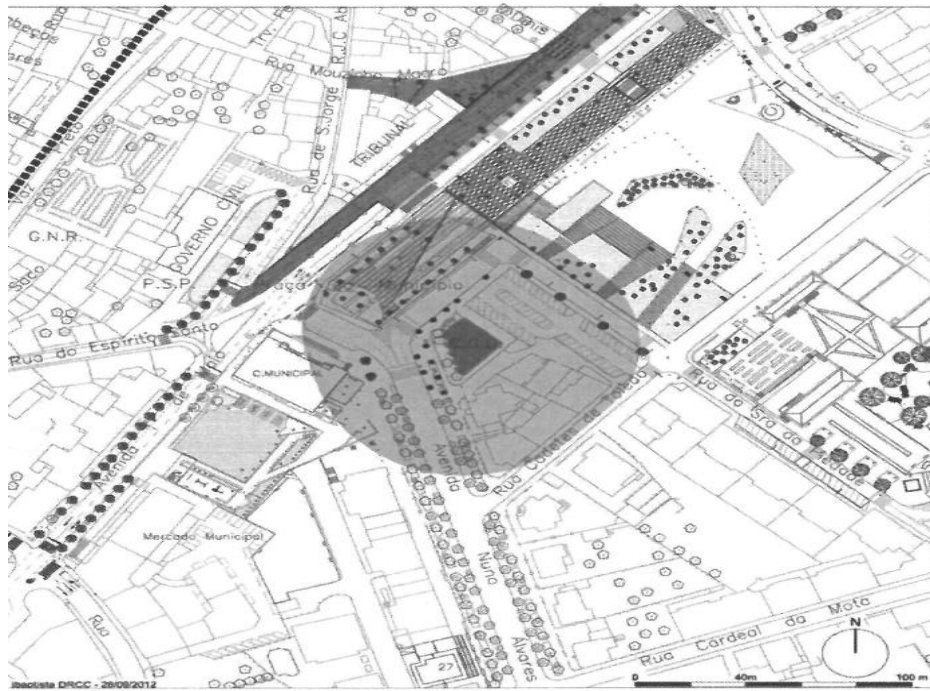
**Figura 5 – 1981**

Fonte: Arquivo Histórico-CGD, Arquivo fotográfico CGD/AF/01IN/03/01-090



**Edifício da Caixa Geral de Depósitos de Castelo Branco**  
Concelho de Castelo Branco  
Freguesia de Castelo Branco  
Castelo Branco

- ◆ Limite do imóvel classificado
- ◆ Limite da zona geral de proteção



**Figura 6** – Zona geral de proteção - 2012  
Fonte: Direção Geral de Património Cultural



**Figura 7** – Baixo-relevo de António Costa sobre a porta principal [década de 1960]

Fonte: Direção Negócio Imobiliário-CGD



**Figura 8** – Elemento decorativo de Roberto Araújo - 1981

Fonte: Direção Negócio Imobiliário-CGD